ESCRAVIDÃO E LIBERDADE: O TRABALHO DOMESTICO NO RECIFE, 1830–1870

Tatiana Silva de Lima[1]

RESUMO

Este estudo analisa o trabalho doméstico e as relações privadas entre trabalhadores domésticos e as famílias as quais serviam nas residências do Recife oitocentista. Reflete sobre a manutenção do serviço doméstico escravo nas casas ricas e como as famílias menos abastadas, de comando feminino ou masculino, impulsionaram a passagem para o trabalho livre, alforriando cativas, não por humanidade, e sim para garantir dependentes e aliados às mulheres em situação de apuros, inscritas ou não nas relações patriarcais, em troca de tornar as forras legatárias, ou os seus filhos herdeiros, dos patrimônios deixados.

Palavras-chave: Trabalho doméstico, escravidão, liberdade, patriarcalismo.

ABSTRACT

This study analyzes the domestic work and the private relations between domestic workers and the families that served in the residences of nineteenth century Recife. It reflects about the maintenance of slave domestic service in the rich houses and how the not rich families, female or male, pushed the transition to free labor, freeing captives, not for humanity, but to guarantee dependents and allies to women in precarious situation, influenced or not by patriarchal relations, in exchange for making the women legates, or their children inheritors, of the legacies left.

Key words: Domestic work, slavary, freedom, patriarchalism

[1] Profa. Assistente da Universidade de Pernambuco (UPE – Campus Petrolina), Doutoranda em História Social pelo PPHG – UFC, e-mail: tatiana_lima_7@hotmail.com.

Escravidão e Liberdade: o Trabalho Doméstico no Recife, 1830 – 1870

No século XIX houve um considerável crescimento populacional no Recife. O censo[2] de 1828 estimou 25.678 habitantes para o centro urbano da cidade, formado pelo bairro portuário do Recife, e os bairros de Santo Antônio e Boa Vista, sendo 7.935 escravos (31%) e 17.743 livres e libertos (69%) (CARVALHO, 1998). As mulheres livres eram maioria em todos os bairros centrais. As cativas eram minoria no Recife, que era portuário, em maior quantidade em Santo Antonio – que era comercial e residencial - e dividiam um número equilibrado com os cativos na Boa Vista – lugar notadamente residencial (CARVALHO, 2003).

De acordo com o censo publicado em 1856, já viviam 40.977 habitantes no centro urbano da cidade (bairros do Recife, Santo Antônio/São José – desde 1844[3], e Boa Vista), dos 60 a 70 mil habitantes da cidade como um todo (FIGUEIRA DE MELLO, 1979). Dos que viviam no centro, cerca de 33.270 eram livres e libertos (80%) e 7.707, escravos (20%), número que se manteve estável desde a contagem anterior. As mulheres só não eram maioria no portuário Recife. Nesse processo, o centro urbano se adensou e a verticalização das residências se intensificou. Não é difícil imaginar os mais variados serviços pessoais que os habitantes necessitavam, a exemplo do serviço doméstico, haja vista a concentração de domicílios num espaço circunscrito da cidade.

Esse crescimento da população deveu-se ao aumento do número de livres e forros, que segundo Marcus Carvalho ocorreu a partir do fluxo de migrantes do interior mais próximo de Pernambuco para o centro do Recife. Os fatores que aceleraram esse processo por via migratória foram muitos: a vida urbana possuía seu próprio poder de atração, quem era do interior e da elite possuía casa na capital; a abertura dos portos em 1808, que intensificou o comércio atlântico; a Independência, pois o Recife tornou-se o eixo do qual emanavam os elos políticos, jurídicos e administrativos com o novo Estado nacional, e os empregos daí surgidos; o declínio do algodão, a partir da metade dos anos 1820; as secas de 1825-28 e 1844-46; a Cabanada (1832-35); a violência política no interior; o plano de modernização urbana do governo do Barão da Boa Vista (1837-44); de 1850 a 1900, Pernambuco passou por uma fase depressiva do açúcar, que participava cada vez menos do mercado mundial, fazendo com que muitos livres e forros das áreas agrícolas viessem para o Recife (CARVALHO, 1998; VERGOLINO, 1993). O afluxo

[2] Os censos populacionais no século XIX devem ser utilizados com ressalvas, eles nos informam apenas em geral a quantidade de pessoas que existiam no Recife e como elas estavam distribuídas. Marcus Carvalho trata dos cuidados que devemos ter com tais fontes em CARVALHO (1998).

[3] Por ato legislativo, em 1844 o bairro de Santo Antônio foi desmembrado originando o de São José, assim como o bairro do Recife, que cresceu para o norte e ultrapassou suas primitivas portas, deu origem ao bairro Fora de Portas; e o bairro da Boa Vista ganhou os da Soledade e de Santo Amaro (SILVA, 2004).

dessas pessoas multiplicou os vendeiros e vendeiras ambulantes, e os trabalhadores "do serviço de casa".

A colonização portuguesa esteve fundamentada no escravismo, e construiu uma zona de produção escravista no litoral da América do sul, o Brasil, e uma zona de reprodução de escravos centrada em Angola, comercializando africanos como escravos para o Brasil, o que se dinamizou a partir da abertura dos Portos em 1808 (ALENCASTRO, 2000). Idealmente, o Brasil se constituiu como sociedade escravista e patriarcal, fundamentando-se em formulações de missionários católicos:

> Decorrente do poder que Deus conferia a Adão e confirmara no Quinto Mandamento, esse ideal [clássico de senhor patriarcal e cristão] marcava a autoridade do senhor sobre seus dependentes (mulheres, filhos e escravos) em um conjunto de relações que pressupunha rígida hierarquia entre comandantes e comandados, mas também uma séria de obrigações recíprocas entre eles (MARQUESE, 2004, p. 41)[4].

A conjuntura mais ampla delimitou outros marcos para o trabalho doméstico no Brasil. Em 1830 foi promulgada a Lei de Locação de Serviço com o intuito de organizar o mercado de trabalho livre e estimular a imigração, que conheceu a sua segunda versão em 1837. Henrique Espada Lima fez avaliação negativa desde a primeira lei, inscrevendo-a na lógica contratual do trabalho, emergente no século XIX como um dos significados da liberdade de trabalho. Lima indicou que ela empiricamente enquadrava desde o trabalhador ideal-típico independente assalariado até diversos arranjos de trabalho "que recombinavam graus diversos de 'liberdade' e compensação financeira pelo trabalho, com elementos de coerção (física e pecuniária), tutela, trabalho compulsório e contratado, e ainda formas análogas à escravidão, como a servidão por dívida" (LIMA, 2005, p. 295). A questão central e ideal era que a liberdade de trabalho, podendo superar o mundo do trabalho tutelado e forçado – que pressupunha proteção e interdependência, levava à servidão pior, a da necessidade/miséria. Os pesquisadores no Recife infelizmente não encontraram, ou ainda não encontraram, contratos de serviços domésticos fundamentados nessas leis.

Em 1831 foi instituída a primeira Lei Anti-tráfico no Brasil, que se não conseguiu cessar o comércio transatlântico de africanos escravizados, pode ter impactado na população cativa na cidade, diferente da Lei Euzébio de Queirós de 1850, que realmente extinguiu o tráfico negreiro. Pesquisadores argumentam que Pernambuco iniciou a "substituição" gradual do trabalho escravo pelo livre desde a década de 1840; os traficantes diminuíram o tráfico negreiro entendendo que

[4] No Brasil, destacaram-se os missionários: Jorge Benci com seu *Economia Cristã dos senhores no governo dos escravos* (Roma, 1705) e André João Antonil, em *Cultura e opulência do Brasil* (Lisboa, 1711).

havia uma reserva de mão de obra livre e forra no interior da província (EISENBERG, 1977; CARVALHO, 1998).

No século XIX, as elites lutaram e o Recife foi impelido a ingressar nas relações do mundo capitalista, absorvendo dos centros do capitalismo mundial as idéias de progresso, civilização e modernização (ARRAIS, 2004). A administração do presidente de Pernambuco Barão Francisco do Rego Barros entre 1837 e 1844 foi expressiva nesse sentido. Ele empreendeu um projeto de modernização cultural e material (designadas obras de melhoramento) na província (ARRAIS, 1995). “O modelo era Paris, cidade emblemática do mundo ocidental, onde Rego Barros estudou. Ele não trouxe apenas as idéias, mas trabalhadores e técnicos franceses” (REZENDE, 2002, p. 80).

As intervenções urbanas ampliaram o mercado de trabalho para os homens que moravam na cidade ou que migraram[5]. Nesta perspectiva, estradas foram construídas, como a Ponte Pênsil de Caxangá; a Repartição das Obras Públicas foi reformada; as ruas foram numeradas e seus nomes definidos; a cidade foi arborizada; instalou-se a Companhia do Beberibe – para obras de encanamento; houve a instalação das diligências com 2 andares e 40 lugares puxados a cavalo; foi criado o Conselho de Salubridade Pública, com o objetivo de melhorar as condições sanitárias da cidade e de combater epidemias ao lado da Sociedade de Medicina de PE, criada em 1841; neste mesmo ano a população do Recife viu o início da construção de um grande projeto para a sociabilidade das elites inspirado na cultura européia: o Teatro de Santa Isabel, inaugurado em 1850, que havia sido projetado pelo engenheiro francês Louis Vauthier - trazido ao Recife para dirigir as então designadas obras de melhoramento.

De acordo com Raimundo Arrais (2004, p. 201):

> Os melhoramentos materiais que exigiam investimentos de menor vulto, como iluminação, esgoto, água e calçamento, ficavam sob o encargo dos governos provinciais, que os cediam, mediante contratos, a companhias privadas, geralmente estrangeiras.

Em nome da crença liberal no progresso, as obras públicas foram investidas de um sentido moralizador ao utilizar mão de obra livre. Na defesa do progresso e da civilização vozes se multiplicaram durante o oitocentos em repúdio ao escravo no espaço público e no privado, embora forças e ações conservadoras dos próprios governos, proprietários e partidos políticos atuassem para a continuidade da escravatura.

---

[5] A maior opção de trabalho para as mulheres dos grupos populares era os mais de nove mil fogos (unidades domésticas) existentes na capital. A estimativa de fogos em 1842 para o bairro do Recife era de 1893, para o bairro de Santo Antônio, de 4.300, para o de Boa-Vista, de 3.173 (FIGUEIRA DE MELLO, 1979).

Para piorar, mesmo com toda a onda de progresso material, alguns problemas persistiam. A remoção dos dejetos humanos e das águas servidas foi sempre um problema no núcleo urbano e um serviço degradante. Eram os escravos, que à noite recolhiam os barris, “tigres”, para despejá-los na beira das marés. Apenas na década de 1870 a cidade começou a se livrar dos “tigres” (SETTE, 1978). O abastecimento de água potável também foi um problema. Seu fornecimento dependeu, por muito tempo, dos escravos e negros canoeiros e aguadeiros. Mesmo quando já havia água encanada na cidade, vinda do açude do Prata até algumas praças na Boa Vista, Santo Antônio e Recife, buscava-se água de Olinda, dos poços e chafarizes da cidade (CARVALHO, 2003).

O sistema econômico mundial também tinha seus labirintos. A cultura da cana-de-açúcar em Pernambuco viveu uma crise crônica na segunda metade do oitocentos pela baixa no mercado internacional dos preços do açúcar, devido à concorrência externa. Possivelmente, o setor de serviços pessoais não sofreu com crises macro-econômicas:

> A conjuntura contribuiu para a ampliação e reforço do setor do emprego doméstico: para as criadas sobreviverem aos rigores da vida e obter alguma segurança moral e psicológica; para os patrões afirmarem poder e status sobre subordinados de qualquer ordem, numa conjuntura de declínio econômica e ameaça aos mores da escravidão (SILVA, 2011, p. 41).

A difícil conjuntura da indústria açucareira ainda impulsionou os proprietários de engenhos a venderem suas terras ou alugarem anualmente uma pequena porção delas por muito pouco para a horticultura. Por essa via, nasceram os subúrbios recifenses: Torre, Madalena, Casa Forte, Apipucos, Engenho do Meio, Remédios, Afogados, entre outros. Eles foram fundamentais para abastecer o centro urbano de alimentos, numa relação dinâmica entre “campo” e “cidade”. E na realidade, a depender do arrabalde, “campo” e “cidade” eram bem próximos do ponto de vista geográfico. Sem falar que dentro do perímetro urbano existiam as casas com pomares, roças, galinheiros e chiqueiros nos seus quintais.

A Lei do Ventre Livre promulgada em 1871 trouxe outros parâmetros ao mundo do trabalho, vinculando a libertação dos cativos à reordenação do trabalho. Apenas em 1887, Pernambuco conheceu legislação específica sobre o serviço doméstico ou o criado de servir, abandonando-a no final do mesmo século. Entre 1830 e 1870 contaram também a difusão das ideias de civilização, antiescravismo, racismo, antiafricanismo, higienismo, ideias que favoreciam o trabalhador imigrante e desqualificavam os serviçais escravos e livres, o recrudescimento da violência contra os cativos e os egressos da escravidão, e o conservadorismo dos proprietários em retardar o fim da escravidão (SILVA, 2011).

Segundo o primeiro recenseamento geral de 1872[6] já moravam por essa época no Recife 101.535 habitantes. No centro urbano da cidade havia 64.769 pessoas, das quais 57.893 eram livres - entre libertos e livres, cerca de 90% da população do centro (31.639 homens e 26.254 mulheres), e 6.876, cativos (3.448 mulheres e 3428 homens), praticamente o mesmo número em todo século XIX. Houve um aumento considerável da população, cerca de 58%, desde o censo publicado em 1856. Crescimento que se deveu ao número dos livres, mais uma vez migrados do interior da província. O número deles aumentou cerca de 44%, e os escravos diminuíram por volta dos 10%. "Entre 1822 e 1872, a capital pernambucana cresceu a uma taxa média de 2,2 a.a. enquanto o Rio de Janeiro, a mais importante cidade do país, alcançou 1,8% a.a." (ZANCHETI, 1989, p. 135-6).

Os imigrantes estrangeiros também engrossavam a fileira da população livre. Em 1839 eles eram 1478 na cidade (FIGUEIRA DE MELO, 1979). Em 1872 eles já eram 5187 só nos bairros centrais, com destaque para os alemães, franceses, espanhóis, ingleses, italianos, e principalmente portugueses. Estes existiam em torno de 4442, sendo 3767 homens e apenas 675 mulheres.[7] De acordo com Maciel Henrique Silva (2004, p. 56), "portuguesas pobres tinham suas passagens adiantadas por interessados (muitos eram até parentes) e ficavam praticamente trabalhando como servas, sem remuneração pecuniária, pagando a dívida contraída."

O censo de 1872 é importante porque pela primeira vez foi publicada uma contagem dos profissionais do "serviço doméstico", embora não tenha registros por município. Na época havia cerca de 3.043 escravos domésticos na província de Pernambuco, dos quais 1.687 eram mulheres e 1.356, homens. Existiam 8.615 pessoas livres no mesmo serviço, a grande maioria, das quais 7.536 correspondiam a brasileiras (entre livres e forras) e 1.079, a estrangeiras (livres e forras, considerando as africanas). Dos brasileiros livres, 3.611 eram mulheres e 3.925, homens. No grupo de livres estrangeiros, 286 correspondiam a mulheres e 793, a homens.[8] As costureiras foram contadas separadamente, totalizando 807 (660 livres brasileiras, 110 livres estrangeiras e 37 escravas).[9]

Este estudo entende que o serviço doméstico no século XIX era o conjunto dos serviços pessoais de cozinhar, limpar, lavar, engomar, costurar, cuidar, entre outros, destinados às famílias nas residências e no entorno dela sem fins lucrativos. Esse universo se misturava e complementava pelos trabalhos domiciliar e de ganho. O primeiro, também chamado de artesanato caseiro ou comércio de gêneros a retalho ou ambulante, correspondia aos mesmos

---

[6] IAHGP, Recenseamento Geral, 1872.
[7] IAHGP, Recenseamento Geral, 1872, p. 3, 6, 9, 12.
[8] IAHGP, Recenseamento Geral, 1872, p. 3, 6, 9, 12.
[9] IAHGP, Recenseamento Geral, 1872, p. 3, 6, 9, 12.

serviços feitos dentro das unidades domésticas (ou pelo menos algumas etapas) com fins de comercialização para a sociedade. Assim, multiplicavam-se os "almoços para fora", as oficinas de costura etc. No sistema de trabalho de ganho era o escravo que oferecia seus serviços a terceiros acordando de antemão com seu proprietário o valor a ser entregue a ele no final do dia, da semana ou do mês (as vendeiras, quituteiras, lavadeiras etc). Os agentes desse tipo de sistema chegavam a morar fora da casa do senhor, tão expressivos eram a mobilidade e os ganhos que podiam auferir pela cidade.

Muitos serviçais saiam às ruas para "fazer mandados" às famílias, lavar roupas, buscar água e trabalhar no ganho. Assim:

> Aluga-se uma escrava para ser occupada em serviço de casa e vender comer cozido na rua: na Camboa do Carmo, no becco que fica defronte da rua das Flores casa de quina.[10]
> Uma escrava moça, sabe cosinhar, engomar, coser, lavar de sabão e varrella, é boa boceteira, tudo isto faz com muita perfeição; por preço commodo: no Hospício passando a casa de Joze de Pinho Borges, no segundo portão.[11]
> Vendem-se duas pretas criolas com habilidades, moças, uma cose muito bem, engomma, faz lavarinto[12], cozinha, tudo com perfeição, e a outra tem as mesmas habilidades, menos lavarinto, porém vende fazendas e miudezas na rua: tratar na rua larga do Rosário, loja n. 35.[13]

Não é de hoje que as abordagens história social e história cultural são articuladas pelos historiadores, Carlo Ginzburg e Edward P. Thompson a fizeram. Mas a diferença essencial entre um Roger Chartier e um Ginzburg é que este ressalta a importância de uma análise de classes que Chartier tende a relativizar em face das demais distinções sociais (gênero, gerações, etnias, ofícios, religiões) (SOHIET, 2003, p. 13-15). Segundo a formulação clássica de Joan Scott: "o gênero é uma forma primeira de significar as relações de poder. Ou melhor, é um campo primeiro no seio do qual ou por meio do qual o poder é articulado" (SCOTT, 1996, p. 13). Esta pesquisa é um exercício de mobilizar essas categorias de acordo com as questões propostas e evidências. Então, ora pode ser o gênero a forma primeira de significar as relações de poder, ora pode ser a classe.

Assim, os sujeitos deste estudo são mulheres e homens trabalhadores "de portas adentro" como os periódicos designavam-nos, ou do "serviço de casa", no caso dos inventários *post mortem*, seus senhores e patrões. Os serviçais podiam ser escravos, forros e livres pobres ou empobrecidos. Dessas categorias, talvez a mais desconhecida seja a de forro, um ex-escravo que adquiria a liberdade através da alforria efetivada legalmente por meio de registro em cartório

10 Diário de Pernambuco (Recife), 19/01/1854.
11 Diário de Pernambuco (Recife), 28/01/1837. Varrella ou barrella equivalia à lixívia, solução alcalina feita de cinzas de madeira ou de plantas, que servia para branquear a roupa. (MACEDO, 1998, p. 59-74). Já as boceteiras eram as mulheres que traziam os seus produtos na boceta, uma "caixa pequena de papelão, madeira, redonda, oblonga, oval" (MORAES SILVA, 1813).
12 Trabalho de agulha.
13 Diário de Pernambuco (Recife), 10/01/1852.

civil, em testamento, processo judicial ou em assento de batismo. As manumissões podiam ser adquiridas de forma "gratuita" ou onerosa (pagando-se e/ou devendo-se obrigações aos ex-donos). A vida de forro nada ou quase nada diferia da vida de escravo, a menos que o liberto conseguisse viver em sua própria casa e não devesse obrigação ao ex-senhor. Mesmo assim era difícil se livrar das malhas da gratidão pelo senhor nas quais a prática da alforria estava assentada até 1871, quando finalmente a Lei do Ventre Livre garantiu o direito dos cativos de comprar sua própria manumissão independente da vontade do proprietário.

É importante também destacar que esta pesquisa dialoga com a historiografia nacional, sobretudo com a questão central: como controlar o trabalhador doméstico livre/liberto se a autoridade senhorial estava desmoronando, no contexto da perda de legitimidade da escravidão a partir de meados do XIX? Este estudo também irá testar a hipótese, formulada pelo historiador Marcus Carvalho, de que a substituição das escravas domésticas por mulheres livres brancas, se possível europeias, no Recife aconteceria primeiramente nas casas mais ricas e educadas, porque mais expostas às notícias e influências da Europa (CARVALHO, 2003, p. 78). Assim como o historiador Maciel Henrique Silva é interlocutor essencial com sua pesquisa sobre o longo e inacabado processo de formação da classe das trabalhadoras domésticas livres, forras e escravas entre 1870 e 1910 no Recife e em Salvador. Ele conseguiu provar que criadas buscaram autonomia e alguns direitos dentro e fora das relações de trabalho, tais quais: liberdade, honra, honestidade, salário, autonomia para escolher o empregador ou para sair da atividade, fugas, dormir na sua própria casa etc (SILVA, 2011).

Por dentro das moradias: famílias, trabalho doméstico e relações sociais

Adentrando às casas da cidade, existia uma expressiva diversidade de famílias, modos de atender suas necessidades e de trabalhadores domésticos. Mas como do ponto de vista ideal a sociedade recifense era patriarcal há de se diferenciar os conceitos de família patriarcal e de patriarcalismo.

Nesta perspectiva, é importante convidar à discussão Gilberto Freyre em seu livro clássico **Casa Grande & Senzala**: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal (1933). A família patriarcal foi uma das formas de estruturação das unidades familiares de caráter extenso na América Portuguesa e proeminente até pelo menos o final do século XIX, tendo o patriarca poder sobre sua esposa, seus filhos, genros, noras, e demais descendentes, bem como sobre escravos, agregados e sitiantes proprietários (FREYRE, 1963). O patriarcalismo diz

respeito especificamente ao poder pátrio[14] dos homens sobre os demais membros da família e subordinados, que influenciava até famílias alternativas, de composições diversas.[15] Mas o próprio Freyre admitiu que desde a colônia se formaram famílias extrapatriarcais, que não podiam ser confundidas com prostituição e promiscuidade.

No Recife oitocentista existiam residências que articulavam ou em certa medida se afastavam dos conceitos de família patriarcal e patriarcalismo. Não por acaso as famílias mais próximas desses modelos eram as mais abastadas, e nas suas casas onde mais se engajavam trabalhadores do "serviço de casa" escravos. Nos idos de 1817 o francês Louis François de Tollenare[16] calculou para o serviço doméstico de uma "casa decente" na cidade de dez a doze cativos, pelo menos (TOLLENARE, 1978, p. 201).

A residência de José Carlos Mairink da Silva Ferrão se aproximava desse perfil. Ele nasceu em Ouro Preto em 1771, indo estudar no Rio de Janeiro, onde se tornou secretário do governador da província de Mato Grosso Caetano Pinto de Miranda Montenegro. Em 1804, este foi transferido para a província de Pernambuco, onde Mairink continuou na mesma função, tornando-se político proeminente da província. Envolveu-se na Revolução Pernambucana de 1817, depois se exilando em Paris. Voltando ao Recife foi Presidente da província de maio de 1825 a abril de 1826, quando deixou o cargo temporariamente para ir à corte tomar assento como Senador vitalício eleito por Pernambuco. Reassumiu o cargo no Recife de janeiro de 1827 a dezembro de 1828. O homem também foi coronel de cavalaria de segunda linha do exército, morrendo no Recife em 1846 (COSTA, 1983).

Além disso, Mairink era rico. Em meados dos anos 1840 possuía vários sítios, sobrados, "dois engenhos, Pindorama e do Meio, ambos moentes correntes, com sua competente fábrica e suas ações, na comarca do Cabo", "a quarta parte da fazenda denominada Caxamerral em Portugal", e Fazenda na comarca de Bonito.[17]

Foi casado com Joanna Maria de Deos, com quem teve as filhas: Maria Catharina de Seixas Ferrão, e outras duas que faleceram, Caetana Maria Dorotheia Joaquina de Seixas e Joana Ricarda Marcolina de Seixas. Estas duas deixaram 7 netos que em meados dos anos 1840 possuíam entre 10 e 18 anos de idade. A família morou na Rua da Aurora, bairro da Boa Vista, como indica o testamento de Mairink feito em 1842. Provavelmente habitavam num sobrado "de

[14] Baseado no Direito Romano, o *potetas*, prerrogativa senhorial, fundamentava o poder do marido sobre a mulher, do pai sobre os filhos, do senhor sobre os cativos, assim como sobre os demais subordinados, parentelas e agregados (CHALHOUB, 2003).
[15] Ver: Vainfas (1989); Mattos (1998); Barickman (2003).
[16] Tollenare morou no Recife de 1816 a 1818 com interesses comerciais no algodão e escreveu um diário, sendo as partes relativas a Pernambuco e Bahia traduzidas por Alfredo de Carvalho e publicadas sob o título de **Notas Dominicais** em 1904 nas Revistas do Instituto Arqueológico e Geográfico Pernambucano (v. 61) e em 1907 do Instituto Histórico e Geográfico da Bahia (v. 14).
[17] IAHGP, Inventário de José Carlos Mairink da Silva Ferrão, Cx. 076, 1846, f. 19 e 22.

dois andares", medindo "trinta e hum palmos[18] de frente e cesenta e nove de fundo com sótão e trapeira (PINTO, 1832, p. 133) na frente onde tem a cusinha (...) quintal murado estribaria cacimba propria (...)".[19]

Só no Recife o proprietário tinha 23 escravos, entre os quais destacamos 10: Camila de Nação[20] Moçambique, 26 anos, "servisso da casa"; Rufina de Nação Cassange, 32 anos, "servisso de casa"; Libania de Nação Benguela, 32 anos, "achacada do peito do servisso de casa"; Candida Nação Costa, 45 anos, "cozinheira"; Perpetua Nação Costa, 50 anos, também cozinheira; Firmina Nação Moçambique, 32 anos, "do servisso de lavar e emgomar"; Eva crioula, 14 anos, "servisso de casa"; Cosmo crioulo[21], 20 anos, "servisso de casa"; Liberato crioulo, 20 anos, "servisso de casa"; Davi Angola, 55 anos, serviço de "bolieiro".[22] Nove escravos do "serviço de casa" e um cocheiro. O sobrado da família de Mairink era grande, com mais de 6 metros de largura por 15 metros de profundidade em dois andares, e a contar pelo tamanho da família que devia pelo menos freqüentá-lo, havia muito trabalho a fazer.

Maria Graham[23] descreveu suas impressões sobre sobrados nos bairros centrais do Recife nos anos 1820, que ajudam entender a dinâmica nos seus interiores:

> As casas são de três ou quatro andares, feitas de pedra clara e são todas caiadas, com as molduras das portas e janelas de pedra parda. O andar térreo consiste em lojas ou alojamentos para negros ou cavalariças, o andar de cima é geralmente adequado para escritórios e armazéns. Os apartamentos para residência são mais acima, ficando a cozinha geralmente no alto. Por este meio a parte inferior da casa conserva-se fresca (GRAHAM, 1956, p. 112).

No correr da primeira metade do oitocentos a estrutura dos sobrados mais altos nos bairros centrais não havia mudado muito, segundo descrições parecidas deixadas pelo reverendo Daniel Kidder, quando esteve no Recife no início dos anos 1840 em missão evangélica:

> Muitas das casas do lugar apresentam estilo desconhecido no resto do Brasil. A do Sr. Ray ficava fronteira ao mar. (...) Tinha seis andares. O primeiro, ou térreo, denominado armazém, era ocupado pelos criados, à noite; o segundo, destinado aos escritórios, consulado, etc.; no terceiro e no quarto andares, ficavam as salas de recepção e outros aposentos; o quinto era reservado para os refeitórios, e, finalmente, o sexto, para cozinha. O leitor certamente perceberá a vantagem de estar a cozinha localizada no sótão, pois, assim, o resto da casa fica livre, não só da fumaça do fogão, como de

18 Medida de comprimento em torno dos 22 centímetro.

19 IAHGP, Inventário de José Carlos Mairink da Silva Ferrão, Cx. 076, 1846, f. 20v e 29v.

20 Os proprietários separavam os escravos por local de origem. "Nação" designava o porto de procedência na África dos africanos escravizados, nada tendo a ver com o conceito de etnia. No Brasil, os africanos construíram novas identidades culturais, mas sem perderem de vista as experiências passadas (KARASCH, 2000).

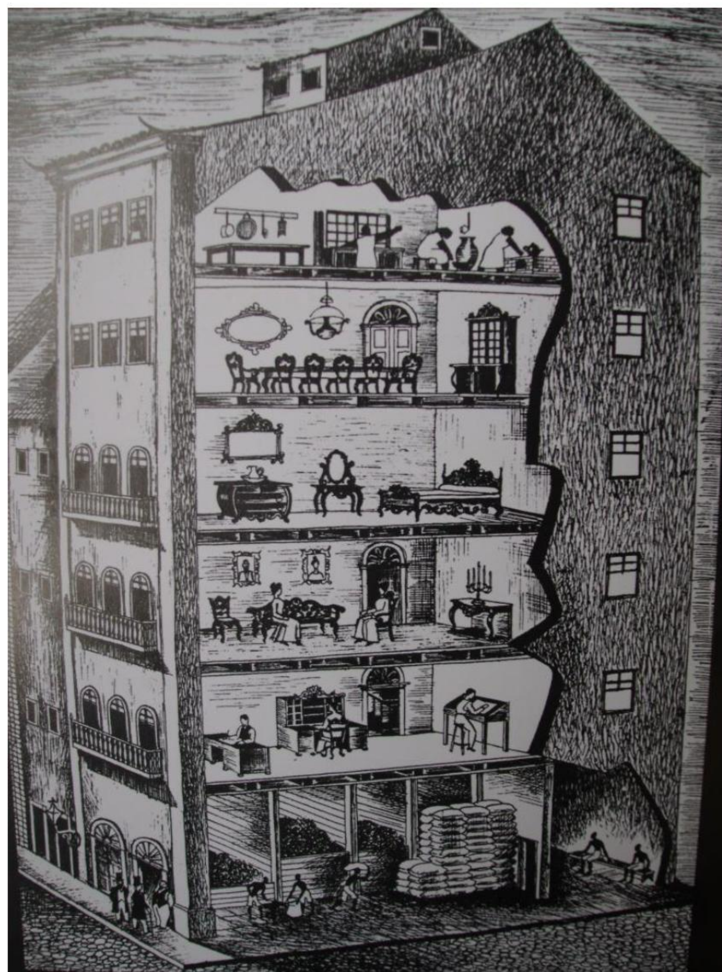
21 Crioulo era um designativo de procedência, o cativo nascido no Brasil, mais especificamente a escrava ou escravo nascido na casa do senhor, chamado de "cria da casa" (MORAES SILVA, 1813, p. 477).

22 IAHGP, Inventário de José Carlos Mairink da Silva Ferrão, Cx. 076, 1846, f. 16v, 17.

23 A britânica Maria Graham viajou para o Brasil entre 1821 e 1823, permanecendo de 1823 até 1825 como preceptora da princesa D. Maria da Glória.

> eflúvio das panelas. A desvantagem, porém, está em que se torna necessário transportar para tão alto um sem número de cousas pesadas. A água, por exemplo, na falta de qualquer aparelhamento apropriado para elevá-la, é carregada à cabeça dos negros, e é fácil de se perceber o risco de inundação que correm os andares inferiores, caso um dos etíopes perca o equilíbrio. Acima do sexto andar e constituindo até certo ponto o sétimo, existe um magnífico mirante, envidraçado de todos os lados (KIDDER, 1972, p. 74).

Visualmente, este sobrado seria mais ou menos como Lula Cardoso Ayres representou:



Interior de sobrado patriarcal urbano do meado do século XIX. Desenho de Lula Cardoso Ayres, baseado em notas de FREYRE (1996, p. 320).

Quem chegava a uma casa dessas, para falar com os seus donos, encontrava no pavimento térreo o negociante proprietário a cuidar do armazém ou da loja com o caixeiro. Subindo uma escada reta iluminada pelo alto, que dava acesso a uma passagem fechada com uma porta vazada, tocava a sineta à procura da dona da casa. Provavelmente, seria atendido por uma mulher negra, que depois de trocar algumas palavras com o interlocutor, iria ver se os donos da casa encontravam-se, a dona da casa certamente sim. Lá dentro tudo era uma displicência só: com as portas e janelas cerradas, as mulheres de trajes caseiros na alcova ou nos seus quartos;

crianças a atravessar o corredor; negras limpando os móveis; pratos de açúcar, mandioca e outras provisões espalhados nas melhores salas para secar e assentar... Num piscar de olhos, tudo era arrumado e as janelas e porta eram abertas para receber a visita.

Se fosse permitida entrar nas salas dos fundos, talvez visse a dona da casa sentada num canapé[24] e sua filha numa cadeira, com "duas jovens escravas, sentadas ao chão, sobre esteiras," a coser ou fazer renda. Quiçá estivessem lá também crianças de quatro ou cinco anos vestidas de camisas curtas ou mais primitivamente, correndo pela sala. Talvez estivesse "um recém-nascido, deitado no soalho, na mais simples das instalações, [que] besunta as faces de doce, que tira de uma tijela ou, então, mastiga silenciosamente algum dos penduricalhos de seu trancelim, do qual pendem medalhas e relíquias destinadas a manter à distância o espírito maligno" (VAUTHIER, 1970, p. 822).[25]

Tendo acesso aos cômodos superiores através de escadas estreitas e escuras, ainda podia ver negras limpando, lavando, sacudindo. A contar pelos móveis da casa de José Carlos Mairink da Silva Ferrão e Joanna Maria de Deos existiam muitos itens para limpar e lavar:

> Onze pares de castiçais dois jarros e duas bacias, huma bacia grande, oito salvas[26] surtidas, três bandejinhas (...), hum escarrador, hum perfumador (...) huma escrivania sendo as mais pessas bastantes usadas mais huma junção de prata velha [Tudo de prata] (...) Hum oratorio grande de amarelo envernisado para o Santo Sacrificio da missa com o seu altar pintado e dourado (...), hum ornamento completo Imagem de Christo, Sam Jose São João Baptista, São Vicente Ferreira, Santo Antonio Santa Anna, todas ditas Imagens com aparelhos de prata Nossa Senhora da Conceição, Nossa Senhora das Dores de pedra, Santa Rita e o menino Deus (...) todas de madeira pintadas e douradas (...) Duas comendas[27] e dois abitos de Christo de prata com esmalte (...) Dois relogios de alzibeira a saber hum com caixa de ouro e outro com dita de prata (...) Huma junção de obras antigas de pedras ordinárias (...) Hum aparelho para chá (...) em bom uso (...) Hum porte de licor três bandejas mais um porte licor pequeno duas serpentinas[28](...) Desoito cadeiras e hum sofá lastro de palhinha, dous conçolos, huma mesa redonda de meio de salla com lastro de pedra e três mesinhas de canto tudo de jacarandá novo (...) Dois candeeiros (...) Hum relógio (...) Huma mesa de jantar bastante usada digo bastante grande de amarelo envernizada em bom uso (...) Tres marquesas (...) lastros de palhinha (...) Dose cadeiras americanas acentos de palhinha usadas (...) Duas banquinhas madeira (...) dose aparadores de amarelo (...) Quatro cômodas de jacarandá velhas (...) Duas dusias de cadeiras de angico com acentos de palha, hum sofá da mesma madeira com lastro do mesmo, huma banca pequena de meio de salla duas ditas (...) da mesma madeira usadas (...) Desenove quadros mulduras douradas bastantes usados (...) Hum guarda roupa (...) Huma junção de louça (...) para chá, café "velhos" e bandejas tudo de louça fina e entre fina usado e antigo (...) Huma junção de cadeiras banquinhas usadas (...) Hum carro de quatro rodas[29] (...) e em bom uso (...)

---

24 "[...] cadeira comprida com encosto, e braços" (PINTO, 1832, p. 24).
25 Vauthier foi trazido para Pernambuco em 1840 pelo então presidente da província Francisco do Rego Barros, o Barão da Boa Vista, permanecendo até 1846, para dirigir as obras de melhoramentos durante o seu governo.
26 "Peça de serviço de vidro, ou metal, he hum como um prato sostentado em hum, ou mais pés sobre que se traz a taça, copo" (MORAES SILVA, 1813, p. 662).
27 "Beneficio, que se dá a Cavalleiros das Ordens por serviços, ou por outro titulo: *Commendas-velhas* na Ordem de Christo, são as que se erigirão dos bens dos Templários, que forão neste Reino; as novas forão accrescentadas pelo Senhor Rei D. Manoel (...)" (MORAES SILVA, 1813, p. 420).
28 "Castiçal com 3 braços, e 3 lumes." (MORAES SILVA, 1813, p. 692).
29 "Maquina de carregar com rodas, leito, etc. (...)" (PINTO, 1832, p. 26).

> Hum carrinho de quatro rodas com (...) arreios usados (...) Huma cadeira (...) com seus competentes arreios (...) Outra dita (...).[30]

Mas era no último andar que se concentrava a maior parte do trabalho em um sobrado, onde as mulheres cozinhavam, muitas vezes com a presença da dona da casa para colocar a mão na massa[31], para supervisionar, mandar e exercer as crueldades cotidianas – as tapas e beliscões, as queimaduras...[32] A residência de Mairink possuía logo duas cozinheiras, Candida e Perpetua. Para servir a comida feita, utensílios dignos de nota porque de prata: "dois aparelhos para chá com suas competentes pessas duas dusias de culheres para soupa duas ditas ditas para chá (...), huma culher de tirar soupa, huma dita para arrois, huma dita para assucar sendo as ditas culheres novas (...)"[33].

O trabalho das cozinheiras mais requisitado era o "diário de uma casa". No entanto, não faltavam exímias cozinheiras e doceiras: "Boa cozinheira e engomadeira. Vende-se uma preta crioula, moça, que cose pouco, engomma perfeitamente, he optima cozinheira e doceira, e com uma cria cabra[34] de 3 para 4 mezes: no Pateo do Carmo n. 14, casa térrea".[35]

As cozinheiras eram hábeis para suprir as necessidades no preparo das comidas, até porque muitos processos eram artesanais, como a fabricação da banha e da goma. Elas geralmente trabalhavam em ambiente sujo, com muito calor e fumaça, minimizados quando a cozinha era do lado de fora, no último andar de um sobrado ou no sótão com trapeira, a exemplo da casa de Mairink. As cozinheiras deviam elaborar alimentos saborosos e asseados, cortar a lenha, manusear o fogão (os de ferro foram introduzidos apenas nos anos 1880), controlar bem o fogo, manusear vários utensílios, inclusive pesados tachos e caldeirões, entre outros (SILVA, 2004, p. 246 – 256).

A cozinha era lugar de sociabilidades significativas. Onde eram vistas "As brancas deitadas, dando as cabeças para os cafunés e a cata dos piolhos. E as negras vão lhes contando as suas histórias, fazendo os seus enredos, pedindo os seus favores" (REGO, 2008, p. 132). Local onde os subalternos se solidarizavam, queixando-se dos seus infortúnios, administrando

---

30 IAHGP, Inventário de José Carlos Mairink da Silva Ferrão, Cx. 076, 1846, f. 14 - 16v. [Intervenção nossa].

31 "Eram bolos e doces feitos em casa, muitos por senhoras brancas e até ricas (...); outras, por iaiás brancas, mas pobres, - solteironas e viúvas sem outro meio de vida; e ainda outros por negros ou negras forras." (FREYRE, 1987, p. 91 e 92).

32 "Fugio no dia 8 de dezembro do anno passado, a escrava Maria, de nação Caçange de boa estatura; tem os olhos um tanto vermelhos e um signalzinho de carne no rosto do lado esquerdo acima do canto da boca; tem no braço direito (...) uma marca e outra nas costas abaixo da pá, que he a maior, pernas (...) idem, os pés dos dedos com marcas de bixos; levou vestido velho de chita com um babadinho por baixo, pano da Costa, um tabuleiro em que andava vendendo banha e goma quem a pegar leve-a a rua Velha, nº 26, casa de Francisco Ferreira Thomé, que gratificará." (Diário de Pernambuco (Recife), 13/01/1849) Grifo nosso – Maria possuía vários sinais de queimaduras, que podem ter sido adquiridas em acidentes na fabricação da banha e através de agressões - a hipótese mais provável, tendo em vista os locais das marcas, sobretudo a maior que era nas costas, região afastada da área de atividade com o fogo. As queimaduras correcionais ou por pura maldade/abuso/ciúme/frustração deveriam ser muito comuns.

33 IAHGP, Inventário de José Carlos Mairink da Silva Ferrão, Cx. 076, 1846, f. 14.

34 Filho ou filha de pai mulato e mãe preta ou vice-versa. (MORAES SILVA, 1813, p. 314).

35 Diário de Pernambuco (Recife), 08/01/1851.

alimentos prejudiciais e porções venenosas, e planejando fugas e levantes. Em 1854 um motim de escravos em Goiana, cidade próxima ao Recife, matou o dono de um engenho de açúcar, tendo sido a cozinheira e engomadeira da casa indiciada como "mentora" do movimento.[36]

Roberto DaMatta argumentou que no Brasil a casa constituiu-se como um lugar seguro e estável, e a rua como um lugar suspeito, imprevisível, sujo e perigoso, o lugar do trabalho. No entanto, o autor chamou atenção para a possibilidade de inversão destes sentidos: a casa possuí(a) seus arruados e a rua podia/pode ganhar o sentido de casa (DAMATTA, 2003). De acordo com Sandra Graham, para o serviçal a casa onde trabalhava podia ser lugar de muito trabalho, violência e assédios moral e sexual, enquanto a rua podia ser lugar de mais liberdade – nas tavernas, praças públicas e ruas onde as serviçais construíam suas vidas privadas (GRAHAM, 1992). É válido pensar também que os serviçais da casa podiam construir um espaço ameaçador através dos atos de rebeldia e resistências, sobretudo, para as mulheres, mais presentes no interior das residências.

No último andar do sobrado, longe dos cativos que dormiam no térreo, as serviçais descansavam depois de um dia puxado, não sem antes engomar roupa, pois o seu quarto também era o de engomar, quando não dormiam no chão da cozinha mesmo. Na casa de Joanna Maria de Deos, a escrava Firmina era encarregada do serviço de engomar, que muitas vezes exigia grande perícia.

As roupas femininas davam mais trabalho para serem engomadas, devido aos vários babados, reentrâncias e rendas. Qualquer deslize poderia pôr as peças a perder, quando as engomadeiras não faziam o estrago de propósito. A historiadora Maria Izilda Mattos registrou o depoimento de D. Ilma Rosa Oliveira, neta de uma lavadeira ex-escrava, que indica métodos e técnicas tradicionais das engomadeiras. D. Ilma usava o amido[37] para preparar a goma. A goma cozida era usada para os saiotes, roupa mais dura; a goma mais fraca ou crua era usada na camisa de homem. O ferro de carvão devia ser manuseado com muita atenção, como narra D. Ilma:

> [...] Então a gente limpava bem o ferro, punha o carvão dentro do ferro né, e com brasa de carvão aí ele esquentava né. Aí a gente fechava o ferro e começava a passar a roupa... quando acabava o carvão e já tinha que ir lá pôr carvão outra vez. De repente, às vezes, o ferro abria. Tava engomando aquelas camisas limpinhas né, aí de repente o ferro abria. Ai! Voava carvão por cima das camisas suja tudo, perdia todo o trabalho (MATOS, 2002, p. 145 e 156).

36 APEJE, PC 337, f. 175, 175v.

37 "O polme, que resulta do trigo macerado, do qual se faz massa, que se secca ao sol, e se dilue em agua, para se fazer gomma, ou massinha de livreiro, segundo a consistência." (MORAES SILVA, 1813, p. 121).

Outros produtos também eram usados no trabalho de engomar: as fragrâncias de rosas, acácias e jasmins serviam para perfumar as roupas; o anil[38] dentro da goma e o anil em essência serviam para dar cor às mesmas.[39] Assim, era oferecido: "Anil fino para engomado. A águia branca na rua do Queimado n. 8, recebeu glóbulos de anil fino e frasquinhos com essência de dito para engommados".[40]

Equipamentos prometiam mais eficiência na execução do referido serviço: "Vende-se uma mesa pequena de amarello, ainda nova, própria para engomar (...); na rua de Agoas-Verdes n. 15".[41] No final da década de 1850: "Ferros de engommar enconomicos. Estes ferros são hoje usados nas principaes praças da Europa e America, economisam o tempo, o carvão, são próprios para todo o trabalho delicado ou grosseiro".[42]

Eram tantos equipamentos, técnicas e trabalho a fazer... Mesmo assim uma dezena de escravos do "serviço de casa" parecia uma conta exagerada. Mas não era para as elites. Além da trabalheira real havia a vaidade dos senhores (PRADO JÚNIOR, 1994), as práticas suntuárias para o regozijo deles. O francês Tollenare indicou a dificuldade de se obter um criado por ser vergonhoso vender um negro de casa (TOLLENARE, 1978, p. 201). Possuir escravos significava status (SILVA, 2000; OLIVEIRA, 1988; CARVALHO, 1998). E mais: os atributos de liberdade e propriedade existiam de maneira articulada, de modo que o último fundamentava o primeiro (MATTOS, 2004, p. 128). Foram os grandes proprietários os agentes mais conservadores no processo de extinção da escravatura (CHALHOUB, 2003; 1990; COSTA, 2007; MATTOSO, 1988; FRAGA FILHO, 2006). Nesse caso, há de se verificar se essa tendência de comportamento era parecida para grandes proprietários chefes de domicílio homens e mulheres.

O esforço imaginativo para descrever um fogo (unidade doméstica) em suas domesticidade (relações privadas) e dinâmicas do trabalho "de porta adentro" se reporta à família e a sobrado modelos, mas havia uma diversidade de famílias e casas remediadas e modestas na cidade (GRAHAM, 1992; VAUTHIER, 1970, p. 810 e 820).

Em meados do oitocentos, a casa do vigário Lourenço Correia de Sá, "natural da Cidade do Aracaty da Provincia do Ceará Grande"[43], abrigava uma parentela peculiar, como indica o seu testamento de 1853. Moravam com ele seu filho Manoel Lourenço Correia de Sá, tido antes da ordenação com uma mulher solteira, e a esposa dele, Thomazia Correia de Sá - sobrinha do vigário. Estavam lá também a irmã legítima de Lourenço, Jerônima Cândida da Conceição,

38 "Arbusto, de cujas folhas se tira a massa azul, que tem o mesmo nome, e serve na tinturaria." (MORAES SILVA, 1813, p. 135).
39 Sobre o trabalho das engomadeiras, ver: Silva (2004).
40 Diário de Pernambuco (Recife), 02/01/1865.
41 Diário de Pernambuco (Recife), 29/01/1845.
42 Diário de Pernambuco (Recife), 26/11/1859.
43 IAHGP, Inventário do Cônego Lourenço Correia de Sá, Cx. 167, 1866, f. 5v.

"condjuvando-me na administração e regência de minha casa e família com economia; sendo minha companhia fiel, e constante"[44] nas palavras do próprio Lourenço, e a outra irmã natural e afilhada dele Cândida, que estavam "sob minha guarda no estado de solteiras"[45].

Certamente coabitavam a casa do pároco os escravos: Simôa e seus 2 filhos Joaquim e Josefa; Leandra e seus 2 filhos Luiz e Vicente; Rosa; Benedita e 3 dos seus filhos Nivardo, Francisco e Justino. Possivelmente moravam e continuaram morando depois de forras: a própria Benedita e suas filhas Anna e Raimunda; e Joanna. Todas as alforriadas estavam "obrigadas" a fazer "companhia" a sua irmã Jerônima, se ela quisesse.[46]

Em 1866, treze anos depois, Lourenço havia perdido o seu filho, mas continuava morando com a nora e a neta Maria de nove anos[47], sua irmã Jerônima, mas talvez não mais com a irmã Cândida que havia se casado[48]. Na época, Lourenço contava com seis cativos, sendo pelo menos duas escravas do "serviço doméstico": Jacintho, crioulo, 24 anos, do "serviço da rua"; Rosa, parda[49], 27 anos, do "serviço doméstico", que tinha duas filhas (as pardas Antonia de 4 anos e Luiza de seis meses); Josepha, crioula, 23 anos, do "serviço doméstico" – esta deveria ser a filha de Simôa, embora a grafia dos nomes sejam distintas; Leandra de nação, 70 anos.[50] Como nessa altura Leandra estava "muito achacada" deveria ser poupada de grande carga de trabalho. As forras Benedita e suas filhas, e Joanna certamente continuaram habitando na casa, haja vista a condição de fazerem "companhia" a Jerônima, que possivelmente nada ou quase nada fez mudar as suas vidas de escravas. Porém, nenhuma palavra a mais sobre elas, assim como a respeito de Simôa e seu filho Joaquim, sobre os filhos de Leandra, e acerca de Nivardo e Francisco. Possivelmente eles foram vendidos ou adquiriram suas alforrias.

Essa família e seus subordinados moravam em sobrado próprio grande com mais de 7 metros de largura por 22 metros de profundidade e dois andares, o bem mais valioso de um patrimônio não muito expressivo:

> Um sobrado de dois andares e sótão, sito na rua de Santa Rita, freguesia de San Jozé, sob numero treze, deitando de fundo para a rua da praia; tem, três portas de fronte, varanda de ferro no primeiro andar, janelas no segundo; trinta e quatro palmas de vão e cem de fundo; quatro salas, dose quartos, cozinha no sótão e no primeiro andar, chão próprio; carecendo de grande reparo na coberta e no interno dez contos de reis.[51]

44 IAHGP, Inventário do Cônego Lourenço Correia de Sá, Cx. 167, 1866, f. 12v.
45 Idem, f. 11.
46 Idem, f. 12v.
47 Idem, f. 1v, 2.
48 Idem, f. 15v.
49 "De cor entre branco e preto, como a do pardal. § Homem pardo; mulato." (MORAES SILVA, 1813, p. 398).
50 IAHGP, Inventário do Cônego Lourenço Correia de Sá, Cx. 167, 1866, f. 31v.
51 IAHGP, Inventário do Cônego Lourenço Correia de Sá, Cx. 167, 1866, f. 34. Havia poucos móveis na casa, pelo menos os dignos de serem arrolados em testamento ou que escaparam das omissões e subtrações: "Um soffá de jacarandá, usado (...) Dose cadeiras de ditto (...) Duas cadeiras de braço de jacarandá (...) Quatro bancas de jacarandá (...) Huma commoda de jacarandá, uzada (...) Huma mesa redonda da mesma madeira (...) Hum relógio de parede (...) Hum toucador de amarello (...) Hum par de mangas de vidro (...)" – f. 31.

Vários estudos apontam que no Brasil a taxa de habitações chefiados por mulheres era grande desde o período colonial, variando de 40% até mais da metade[52]. As taxas de residências chefiadas por mulheres no Recife eram expressivas e se articulavam com os modelos da família patriarcal e do patriarcalismo ou se afastavam deles.

Luiza Maria de Mendonça era uma forra solteira e africana de "Nação Calabar", com um certo patrimônio[53]. Até 1844, ela habitava uma casa térrea de sua propriedade em Fora de Portas, no fundo da qual havia duas meias águas. Coabitavam a residência de Luiza: "a menor pardinha de nome Marianna" – sua herdeira[54], a escrava Maria do Gentio de Angola (26), do "serviço de casa", certamente as suas "pretas" Justina, Felicidade, Izabel e Claudina, e talvez a "preta" Joaquina da Boa Vista que vendia miudezas com a sua filha.

A africana possuía uma rede de parentela e clientes tão expressiva que é fácil imaginar mais gente vivendo ou que tenha vivido em sua companhia[55]. Certo é que ela quis garantir moradia para quase todas as mulheres supracitadas. Assim, uma das meias águas estava destinada para Justina, Felicidade e Izabel morarem juntas até falecerem, e a outra para Joaquina e sua filha, até a morte da primeira. Joaquina e sua filha tiveram tratamento diferenciado, que possivelmente decorria da ocupação de vendeira, ela trazia lucros para Luiza e tinha uma dinâmica de vida particular – não ficava muito em casa, precisava de "autonomia", podia ter alguns bens, do que deduzimos terem sido as demais cativas, a partir de então libertas, domésticas. Apenas após o falecimento das mulheres, a Irmandade de São Benedito do Convento de Santo Antônio do Recife, da qual Luiza era membro e para a qual doou as moradas de casa, poderia tomar conta das propriedades.

A dona da casa assim declarou no seu testamento: "ficão forras e libertas para gozarem de suas liberdades logo depois do meo fallescimento as pretas Justina, Felicidade, Izabel, e Claudina"[56]. Ela deixou toda a sua roupa e os trastes ordinários da casa para essas mesmas mulheres, uma quantia para Joaquina (a "ambulante") e ouro para Felicidade e Justina, sob quem ficaria o poder de Marianna após a morte de Luiza.[57]

A casa térrea principal de Luiza media quase 4 metros de largura e 18 metros de profundidade, tinha cozinha fora, quintal pequeno murado, com cacimba e portão, e era

---

52 Ver, por exemplo: Silva, 1998; Furtado, 2001; Dias, 1995.

53 Ela havia conquistado a alforria com seu próprio dinheiro, possivelmente da atividade de vendeira, como grande parte deste mercado ficava a cargo das africanas. Seu patrimônio girava em torno dos 4 contos e 200 mil réis.

54 Luiza instituíu como suas herdeiras apenas mulheres: além de Marianna, a "preta" Thereza de Miranda (ou Thereza do Beco Tapado), a "preta" Damiana Ferreira, Sofina de Miranda (do mesmo lugar) e Antonia Maria, casada com João Madeira. IAHGP, Inventário de Luiza Maria de Mendonça, Cx. 71, 1844, f. 2, Testamento f. 7v.

55 Luiza fez doações a várias pessoas e afilhadas, todas com ascendência africana, exceto um espanhol. IAHGP, Inventário de Luiza Maria de Mendonça, Cx. 71, 1844, Testamento f. 4 - 7v.

56 IAHGP, Inventário de Luiza Maria de Mendonça, Cx. 71, 1844, Testamento f. 6v.

57 Idem, Testamento f. 4 - 7v.

razoavelmente aparelhada de móveis e utensílios[58]. A cozinha fora livrava o interior da casa da fumaça e a cacimba poupava o trabalho das domésticas buscarem água dos rios, poços ou cisternas, e chafarizes - instalados a partir do final dos anos 1830 (SETTE, 1949). Uma cacimba em casa evitava que os subordinados se encontrassem nas fontes de água com suas sociabilidades, conspirações, fofocas e maledicências sobre o senhor ou a senhora, com seus planos de fuga, de festas, de alforrias (SETTE, 1949, p. 217). Das meias águas pertencentes à africana, uma tinha pouco mais de 6 metros de largura e quase 3 metros de profundidade com portão para a "maré grande", e a outra tinha pouco mais de 7 metros de largura e quase 3 metros de profundidade.[59]

Pelos idos de 1857, Joaquina Jerônima de Jesus havia sido casada quatro vezes, mas não possuía filhos. Na mesma época, ela convivia pelo menos com a cativa Catharina de Nação (35), do serviço de casa, e dois escravos "crias da casa", os quais alforriou. Eram eles: Silvino Jerônimo da Silva e sua irmã Laurinda Jerônima de Jesus e Silva, filhos de Luiza, que não convivia com as crianças, pois certamente havia sido vendida por Joaquina para Julião Portela da Silva. Joaquina tinha irmã, cunhado, sobrinhos e afilhada, que lhe prestaram muitos "favores e dádivas", motivo pelo qual certamente ela tenha lhes deixado legados – exceto para o cunhado. Ela instituiu como seus herdeiros a referida irmã, uma sobrinha e os dois forros crias da casa mencionados.[60]

Os três últimos casos interpretados, assim como outros, atestam a existência das famílias patriarcais e de outros tipos, fossem chefiadas por mulheres ou por homens, com diversas configurações entre os seus membros, e a influência ou não do patriarcalismo. Nesse tocante, ganha destaque a construção de dependentes e aliados às mulheres, através de alforrias condicionais de escravas/os, entre os quais as domésticas e crias da casa, em troca de torná-los legatários ou herdeiros dos bens deixados pelos proprietários remediados ou modestos.

58 "Huma comoda de jacarandá com três gavetoens e três gavetas usadas (...) /Huma marquisa [ilegível] lastro de palhinha (...)/Duas mesmas (...) usadas (...)/Deis cadeiras americanas (...) com assentos de pao velho(...)/Tres moxos velhos(...)/Huma cama de angico em bom uso(...)/Huma pouca de loiça do uso a saber duas [ilegível] Hum prato travesso duas bacias huma branca, e huma pintada oito pratos rasos, quatro pires brancos seis [ilegível] Ordinários quatro tijillas pequenas hum frasco grande, hum [ilegível] vidrado, hum copo hum cálice dourado, huma tina grande (...) tudo usado(...)/Hum Oratorio de sedro pintado obra tosca dentro da Imagem de Christo San Jose, São João, São Joaquim Santo Antonio, Menino Deos todas de madeira pintadas e douradas sem aparelhos (...)". IAHGP, Inventário de Luiza Maria de Mendonça, Cx. 71, 1844, 13v, 14. A princípio, estes foram os "trastes" melhores declarados e avaliados, já que os "trastes ordinários" seriam destinados às "protegidas" forras. f.7

59 IAHGP, Inventário de Luiza Maria de Mendonça, Cx. 71, 1844, f. 16v.

60 IAHGP, Inventário de Joaquina Jeronima de Jesus, Cx. 123, 1857, f. 4v – 12v, 193.

Referências bibliográficas:

ALENCARSTRO, Luiz Felipe de. *O Trato dos Viventes.* A Formação do Brasil no Atlântico Sul. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

ARRAIS, Raimundo. *O pântano e o riacho:* a formação do espaço público no Recife do século XIX. São Paulo: Humanitas/FFLCH/USP, 2004.

ARRAIS, Isabel Concessa. *Teatro Santa Isabel:* biografia de uma casa de espetáculos. Recife, Mestrado em História, UFPE, 1995.

BARICKMAN, Bert J. E se a casa grande não fosse tão grande? Uma freguesia açucareira do Recôncavo Baiano em 1835. *Afro-Ásia*, 29/30 (2003).

CARVALHO, Marcus J. M. de. *Liberdade*: rotinas e rupturas do escravismo no Recife, 1822 – 1850. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 1998.

______. De portas adentro e de portas afora: trabalho doméstico e escravidão no Recife, 1822 – 1850. *Afro-Ásia,* 29/30 (2003), 41 – 78.

CHALHOUB, Sidney. *Machado de Assis*: historiador. São Paulo: Cia das Letras, 2003.

_________. *Visões da liberdade*: uma história das últimas décadas da escravidão na corte. São Paulo: Cia das Letras, 1990.

COSTA, Francisco Augusto Pereira da. *Anais Pernambucanos 1824 - 1833*. 2. ed. Recife: FUNDARPE, Diretoria de Assuntos Culturais, 1983, v. 9.

COSTA, Lenira L. da. *A Lei do Ventre Livre e os caminhos da Liberdade em Pernambuco.* 2007. Dissertação (Mestrado em História) UFPE, Recife.

DAMATTA, Roberto. *A casa e a rua* – Espaço, cidadania, mulher e morte no Brasil. 6. ed. Rio de Janeiro: Rocco, 2003.

EISENBERG, Peter L. *Modernização sem mudança:* a indústria açucareira em Pernambuco, 1840 – 1910. Rio de Janeiro: Paz e Terra; Campinas: UNICAMP, 1977.

FIGUEIRA DE MELLO, Jeronymo Martiniano. *Ensaio Sobre a Estatística Civil e Política de Pernambuco*. Recife, 1852; reedição – Recife: Conselho Estadual de Cultura, 1979.

DIAS, Maria Odila L. da S. *Quotidiano e poder em São Paulo no século XIX*. 2. ed. rev. São Paulo: Brasiliense, 1995.

FRAGA FILHO, Walter. *Encruzilhadas da liberdade*: Histórias de escravos e libertos na Bahia (1870 – 1910). Campinas, São Paulo: Editora da Unicamp, 2006.

FREYRE, Gilberto. *Casa-Grande & Senzala*: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal. 12. ed. brasileira, 13. ed. em língua portuguesa. Brasília: Editora UnB, 1963.

______. *Açúcar*: em torno da etnografia, da história e da sociologia do doce no Nordeste canavieiro do Brasil. 3. ed. rev. Aumentada. Recife: FUNDAJ, Ed. Massangana, 1987.

FURTADO, Júnia F. Família e relações de gênero no Tejuco: o caso de Chica da Silva. *Varia História*. Departamento de História, Programa de Pós-Graduação em História, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais. N. 24, 2001, Belo Horizonte: Departamento de História da Fafich. UFMG, 2001.

GRAHAM, Maria. *Diário de uma viagem ao Brasil e de uma estada nesse país durante parte dos anos 1821, 1822 e 1823***.** Trad. e notas Américo Jacobina Lacombe. São Paulo: Cia Editora Nacional, 1956.

GRAHAM, Sandra Lauderdale. *Proteção e obediência*: criadas e seus patrões no Rio de Janeiro, 1860-1910. Trad. Viviane Bosi. São Paulo: Cia das Letras, 1992.

KARASCH, Mary C. *A vida dos escravos no Rio de Janeiro (1808 – 1850).* Trad. Pedro Maia Soares. São Paulo: Cia das Letras, 2000.

KIDDER, Daniel P. *Reminiscências de viagens e permanência no Brasil*, compreendendo notícias históricas e geográficas do Império e das diversas províncias. Trad. Moacir N. Vasconcelos. São Paulo, Martins, Ed. da Universidade de São Paulo, 1972.

LIMA, Henrique Espada. Sob o domínio da precariedade: escravidão e os significados da liberdade de trabalho no século XIX. *Topoi*, v. 6, n. 11, p. 289 – 326, jul.-dez. 2005.

MACEDO, Concessa Vaz de. *Da lavagem de roupa às branquearias comerciais*: sobre o papel das lavadeiras na Escócia setecentista. Projeto História: revista do Programa de Estudos Pós-graduados em História e do Departamento de História da PUC de São Paulo. São Paulo, 16, fev. 1998, p. 59 – 74.

MARQUESE, Rafael de Bivar. Ideologia Imperial, Poder Patriarcal e o Governo dos Escravos nas Américas, c. 1660 – 1720. *Afro-Ásia*, 31 (2004), 39-82.

MATOS, Maria Izilda Santos de. *Cotidiano e cultura* – história, cidade e trabalho. São Paulo/Bauru: Edusc, 2002.

MATTOS, Hebe M. *Das cores do silêncio*. Os significados da liberdade no sudeste escravista-Brasil, séc. XIX. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.

MATTOS, Ilmar R. *O tempo Saquarema*. São Paulo: Hucitec, 2004.

MATTOSO, Kátia de Q. O filho da escrava (Em torno da lei do ventre livre). *Revista Brasileira de História*. São Paulo. V. 8 nº 16, p. 37 – 55, mar. 88/ago. 1988.

MORAES SILVA, Antonio. *Diccionario da lingua portugueza* - recompilado dos vocabularios impressos ate agora, e nesta segunda edição novamente emendado e muito acrescentado. Vol. 1. Lisboa: Typographia Lacerdina, 1813, p. 286. Disponível em Disponível em http://dicionarios.bbm.usp.br.

OLIVEIRA, Maria Inês. C. de. *O liberto*: seu mundo e os outros. São Paulo: Corrupio; [Brasília, DF]: CNPq, 1988.

PINTO, Luiz Maria da Silva. *Diccionario da Lingua Brasileira* por Luiz Maria da Silva Pinto, natural da Provincia de Goyaz. Na Typographia de Silva, 1832, p. 133. Disponível em http://dicionarios.bbm.usp.br

PRADO JÚNIOR, Caio. *Formação do Brasil Contemporâneo*. 23. ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1994.

REGO, José Lins do. *Menino de engenho*. 96. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 2008.

SCOTT, Joan. *Gênero*: uma categoria útil para a análise Histórica. Recife: S.O.S Corpo. 1996.

SILVA, Adriana M. P. da. *Aprender com perfeição e sem coação*: uma Escola para meninos pretos e pardos na corte. Brasília: Editora Plano, 2000.

SILVA, Maciel Henrique Carneiro da. *Pretas de honra*: trabalho, cotidiano e representações de vendeiras e criadas no Recife do século XIX (1840-1870). 2004. Dissertação (Mestrado em História) UFPE, Recife.

______. *Domésticas criadas entre textos e práticas sociais*: Recife e Salvador (1870-1910). 2011. Tese (Doutorado em História), UFBA, Salvador.

SETTE, Mário. *Arruar*: história pitoresca do recife antigo. Coleção Pernambucana. Vol. XII. 3. ed. Governo do Estado de Pernambuco, Secretaria de Educação e Cultura, Recife, 1978.

SOHIET, Raquel. *Ensino de história*: conceitos, temáticas e metodologias. Rio de Janeiro: Casa da Palavra/Faperj, 2003.

TOLLENARE, Louis-François. *Notas Dominicais*. Coleção Pernambucana V. XVI. Recife: Governo do Estado de Pernambuco, Secretaria de Educação e Cultura, 1978.

VAINFAS, Ronaldo. *Trópico dos pecados*: moral, sexualidade e Inquisição no Brasil. Rio de Janeiro: Campus, 1989.

VAUTHIER, Louis L. Diário Íntimo de Louis Léger Vauthier. In: FREYRE, Gilberto (org.). *Um Engenheiro Francês no Brasil*. Vol. 2. Rio de Janeiro: José Olympio, 1970.

REZENDE, Antônio Paulo. *O Recife*: histórias de uma cidade. Organização Magdalena Almeida. Recife: Fundação de Cultura da Cidade do Recife, 2002.

SILVA, Maria Beatriz Nizza da. *História da Família no Brasil colonial*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.

SETTE, Mario. *Arruar*. História pitoresca do Recife antigo. 2 ed. Rio de Janeiro: Casa do Estudante do Brasil, 1949.

SILVA, Maciel Henrique Carneiro da. SILVA, Maciel H. C. da. *Pretas de honra*: trabalho, cotidiano e representações de vendeiras e criadas no Recife do século XIX (1840-1870). 2004. Dissertação (Mestrado em História) UFPE, Recife.

VERGOLINO, José R. O. A economia de Pernambuco no Período 1850-1900. Clio – Série História do Nordeste. vol. 1, n. 14, p. 99-118. Recife: UFPE, 1993.

ZANCHETI, Sílvio. M. O Estado e a Cidade do Recife (1836 – 1889). 1989. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) USP, São Paulo.